



JUSTIFICAÇÃO

Não é a primeira vez que pessoas de confiança do governo Bolsonaro, nomeados para cargo importante, fazem denúncia aludindo a ilícitos cometidos por colegas. Em maio, com a exoneração da ex-diretora de Negócios da Apex, Letícia Catelani, a crise tomou formas de escândalos quando a ex-diretora publicou em uma rede social ter sofrido pressão do governo para a manutenção do que chamou “contratos espúrios”.

Em 4 de setembro o Diário Oficial da União trouxe Decreto assinado pelo Presidente da República exonerando Luiz Augusto Ferreira da presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). O agora ex-presidente, afirma ter recebido pedidos “não republicanos” do Secretário Especial de Produtividade e Emprego do Ministério da Economia, Carlos da Costa.

No Twitter Luiz Augusto afirmou que foi demitido "por ser correto". "Acabo de ser demitido. Sem apuração. Por ser correto. E ok. O que eu já previa. Os covardes cada vez mais tomam conta do governo. Agradeço ao presida (sic) Jair Bolsonaro. Espero que Deus possa iluminar suas decisões. E que abra seus olhos. E rápido", escreveu.

São denúncias graves que revelam bastidores de disputa de poder dentro do governo e que precisam de atenção especial do Ministro da Economia e de órgãos de controle como a Controladoria-Geral da União. É necessário esclarecer à sociedade que pedidos “não republicanos” são esses que o ex-presidente da ABDI diz ter recebido.

Segundo a Coluna Painel, da Folha de S.Paulo, a exoneração não foi capaz de acabar com a crise no segundo escalão do Ministério da Economia.

De acordo com a publicação, aliados do executivo afirmam que ele tem mais artilharia contra o Secretário Carlos da Costa, e está reunindo provas.

Ainda segundo a coluna, pessoas próximas a Luiz Augusto Ferreira dizem que ele teria confidenciado que levou denúncias à cúpula da pasta em junho, e que o ministro da Economia, Paulo Guedes, não teria se mexido.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e solicito ao Sr. Ministro da Economia que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 2019.

Deputado JESUS SÉRGIO